

Perspectivas internacionais sobre decolonialidade e direitos da criança

Irene Rizzini¹

Ricardo Fletes Corona²

Tara M. Collins³

Sukanya Krishnamurthy⁴

Mariana Menezes Neumann⁵

Esta edição da revista **O Social em Questão** é dedicada a análises de abordagens teóricas e práticas sobre decolonialidade no campo de estudos sobre a infância, incluindo legados do colonialismo em relação à população infantil e juvenil⁶. Os países com histórico de colonização enfrentaram inúmeros desafios, entre eles, a supressão de direitos e o comprometimento da qualidade de vida e do bem-estar da população, incluindo a escravização de crianças, jovens e seus pais, apreensão de suas propriedades, genocídio e erradicação de culturas e práticas dos povos indígenas.

Os processos de descolonização estão em curso há décadas, embora os temas colonialismo, descolonização e decolonialidade não tenham sido suficientemente explorados em relação a crianças, adolescentes e jovens nas áreas dos direitos e dos estudos sobre a infância. No entanto, houve desenvolvimentos importantes ao longo do século passado, particularmente desde a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989.

Questões importantes têm sido analisadas no âmbito dos estudos decoloniais na tentativa de melhor compreender as diferenças culturais e de como os processos globais influenciam as realidades históricas, políticas e econômicas que afetam as crianças. As críticas à noção de infância como universal ou global, presente na referida Convenção, bem como definições de infância oriundas do chamado Norte Global⁷,



que continuam a dominar discursos e práticas, são desdobramentos relevantes para questionarmos princípios e diretrizes que não refletem especificidades regionais/locais. Nesta linha, destacam-se autores como Faulkner e Nyamutata (2020), ao perguntarem se a Convenção sobre os Direitos da Criança não refletiria “um novo imperialismo”; ao passo que as reflexões de Castro (2020); Tabak (2020); Collins, Rizzini e Mayhew (2021); Twum-Danso, Bourdillon, Meichsner (2019) entre outros, buscam problematizar a compreensão com frequência simplista e reducionista de conceitos no campo dos direitos da criança.

Consideramos que análises e abordagens críticas são necessárias para aprofundar o conhecimento sobre decolonialidade e infância, sobretudo por parte dos países com histórias e legados coloniais. Essa edição da Revista aborda uma série de questões e diferentes realidades, com contribuições de autores do Brasil, México, África do Sul, Índia e Canadá. A Revista tem também como proposta tornar mais visível a sub-representação de pesquisadores do Sul Global no discurso internacional relacionado aos direitos da criança, enriquecendo o debate com perspectivas decoloniais.

Nas últimas décadas, produziu-se um grande número de publicações com foco sobre colonização, descolonização e decolonialidade e, na América Latina, é bastante expressiva (por exemplo, BALLESTRIN, 2017; DUSSEL, 2015; GROSFUGUEL, 2012; MANUEL e DERRICKSON, 2017; MIGNOLO, 2003; NDLOVU-GATSHENI, 2013; QUIJANO, 1997; SPIVAK, 1994). Essa produção, relacionada aos direitos da criança e estudos sobre a infância, tem ganhado interesse internacional crescente (AUFSEESER, 2022; BALAGOPALAN, 2019; CHENEY, 2018; FAULKNER e NYAMUTATA, 2020; LIEBEL, 2017; SCHIBOTTO, 2015; TWUM-DANSO, CASTRO e NAFTALI, 2022). Ainda assim, a análise de como esses processos impactaram e ainda afetam a vida de crianças e jovens continua sendo uma grande lacuna (MACIEL e MELGAREJO, 2016; MCMELLON e TISDALL, 2020; NEUMANN e RIZZINI, nesta edição). Como afirma Lúcia R. de Castro no presente

número: “A crítica que tem surgido recentemente sobre o sistema de direitos da criança não aborda a particularidade dessas infâncias marcadas pelo encontro colonial” (CASTRO, 2023).

Esperamos que a presente edição de **O Social em Questão** enriqueça esse debate ao incluir abordagens em distintas áreas do conhecimento, com aportes teóricos e práticos que agregam perspectivas decoloniais aos estudos multidisciplinares sobre a infância.

O artigo *Descolonização e direitos da criança: uma introdução* de Lucia Rabello de Castro discute como a crítica decolonial pode contribuir para revisitar os direitos da criança a partir de uma perspectiva do Sul Global. Na temática dos direitos da criança, há também o artigo *((Re)Imagining children's participatory rights with decolonial learning, ((Re)Imaginando o direito à participação a partir de abordagens decoloniais)*, de Natasha Blanchet-Cohen, Amy Cooper e Holly Doel-Mackaway. As autoras questionam os modelos de direitos participativos concebidos por projetos colonizadores e exploram alternativas, ao (re) imaginar novas formas de participação das crianças.

O tema da participação infantil e juvenil é explorado também em dois artigos baseados em projetos desenvolvidos internacionalmente envolvendo adolescentes e jovens do Brasil e da Índia como co-pesquisadores. Ambos oferecem contribuições valiosas sobre os desafios das práticas decoloniais. O artigo *Creating equitable spaces in research partnerships across Majority and Minority World* (Criando parcerias equitativas de pesquisa entre Países Majoritários e Minoritários) por Loretta Chan, analisa a experiência do engajamento de adolescentes e jovens nas funções de consultores e pesquisadores para entender os desafios em relação à sua inserção produtiva em contextos urbanos. Alicia Tauro, por sua vez, destaca no artigo intitulado *Jinka Sawaal Unka Netrutva: Fronting people and communities in participatory research with young people in India* (Jinka Sawaal Unka Netrutva: O papel de liderança dos indivíduos e das comunidades em pesquisa participativa com jovens na Índia), um modelo de



pesquisa participativa com jovens de áreas urbanas pobres, onde os membros da comunidade estão envolvidos em processos colaborativos dinâmicos. A autora reflete sobre as características que tornam esse modelo empoderador, ao mesmo tempo que desafia os modelos tradicionais de investigação.

Ana Carolina de Sá Queiroz, autora de *“A culpa é do Cabral”: uma proposta de subversão da lógica colonial*, discute a invisibilidade étnico-racial de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento institucional. Outra reflexão que se relaciona a esse debate é realizada por Tarcísio Conceição Oliveira e Rebeca Ribeiro da Silva, no artigo: *Eu vim de lá pequenininho: noções pluriversais da historicidade das infâncias e adolescências no Brasil*. O texto explora o contexto histórico brasileiro de colonização e escravização por meio de contribuições da literatura afro-brasileira e da filosofia africana. No artigo *O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro*, Letícia Aparecida de Góis Pereira, Luana Luiza Galoni e Grazielly Ribas de Oliveira refletem sobre como o racismo pode influenciar a saúde mental de crianças negras, mais vulneráveis às diversas formas de violência

Dois artigos abordam o tema da decolonialidade a partir da correlação entre a infância e o mundo natural. O primeiro, *Decolonialidade e Infância: herança colonial e conexão das crianças com a natureza*, de Mariana Menezes Neumann e Irene Rizzini, parte da proposta de descolonização de concepções, conteúdos e práticas educativas adotadas com crianças e que constituem heranças de epistemologias coloniais. As autoras se posicionam criticamente em relação às experiências que reforçam o silenciamento das contribuições dos povos originários e dos saberes e experiências infantis. Ressaltam ainda, a importância de se repensar os modelos de conexão da criança com o mundo natural, considerado essencial para a formulação e implementação de iniciativas decoloniais. A contribuição de Lea Tiriba e Christiana Cabicieri Profice, *Desemparedar infâncias, contracoloniais para reencontrar a vida*, aborda o tema dos lugares das crianças nas sociedades

ocidentais como sujeitos de direitos, mas sob normas adultocêntricas que se relacionam com a ordem capitalista-colonialista e a produção histórica do Antropoceno. Com a intenção de imaginar outras ordens civilizatórias, o texto traz dados de pesquisas realizadas em escolas em contextos urbanos, e em territórios indígenas.

Ilse Carolina Torres Ortega e Rebecca Danielle Strickland analisam a implementação de um programa desenvolvido em prisões, no artigo *Educación carcelaria y criminalidad en México*. Os resultados revelam dificuldades significativas para promover uma aprendizagem transformadora em um ambiente dominado pela violência, pelo crime organizado e por instituições estatais fragilizadas. As autoras destacam o potencial e a necessidade de projetos socioeducativos diante da devastadora realidade de violência nas prisões latino-americanas. Essa experiência demonstra que, ao se criarem oportunidades, ampliam-se as possibilidades de mudança, apesar da perspectiva dominante (e colonizadora) de que não há muito que possa ser feito.

Vanessa Maria de Castro e Maria Lúcia Pinto Leal apresentam uma reflexão a partir de uma experiência em curso que desafia estruturas de poder com lentes decoloniais no ensaio *Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias - OPOInfâncias: práxis indígenas e não indígenas*. As autoras descrevem a criação inovadora do Laboratório OPOInfâncias na Universidade de Brasília, iniciada em 2022, destacando a importância da participação dos indígenas em todo o processo de formulação e análise de políticas públicas voltadas para as comunidades indígenas. As autoras apresentam dados alarmantes sobre violações de direitos dos povos indígenas no Brasil, afetando principalmente a população infantil e juvenil, e apontam a urgência de ações efetivas para enfrentar o problema.

Esta edição conta, ainda, com uma contribuição Sul Africana sobre a descolonização e os direitos da criança na prática, trazida por Robert Doya Nanima (Universidade de Western Cape), especialista do Comitê Africano sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. O professor





Nanima, em entrevista concedida à professora Tara M. Collins, destaca que tanto os direitos das crianças como a descolonização precisam ser pensados a partir de contextos específicos, e que a localidade e a identidade pessoal devem ser consideradas em quaisquer iniciativas em relação à população infantil e juvenil.

São análises que demonstram a enorme complexidade das questões abordadas. Consideramos que as narrativas baseadas em experiências concretas, trazidas por diversos autores, são exemplos importantes de como é desafiador descolonizar saberes e práticas. Como afirmam Lucas da Costa Maciel e Patrícia Medina Melgarejo: “A experiência descolonizadora exige ferramentas que evoquem outras narrativas (muito diferentes) a partir das quais se reafirma o exercício da decolonialidade” (2016, p.322).

Gostaríamos de acrescentar que a publicação desta edição de *O Social em Questão* é especialmente auspiciosa, ao coincidir com uma importante transição política no Brasil. O país enfrentou muitos desafios nos últimos anos devido ao contexto político de extrema direita e à pandemia de Covid-19, com impactos significativos para as vidas de crianças, jovens e suas famílias. As recentes eleições presidenciais, realizadas em novembro de 2022, restabeleceram o compromisso do país com os valores democráticos e de direitos humanos, incluindo a proteção do meio ambiente. Também criou pela primeira vez em nossa história dois novos ministérios com representantes de grupos indígenas e igualdade racial.

À medida que discutimos sobre as diferentes dimensões da vida das crianças e seus direitos, aplicando uma lente decolonial, estamos cientes do fato de que há muito ainda a ser aprofundado, nacional e internacionalmente. Entendemos que essa edição constitui um esforço inicial, mas deliberado, que visa estimular pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de todas as gerações a compreender a importância da descolonização em sua atuação junto a crianças, adolescentes e jovens.

Gostaríamos de concluir com um desejo; o de que o campo e o interesse internacional pela descolonização, decolonialidade e população infantil e juvenil não seja uma ‘nova’ área do conhecimento, atrelada a um interesse circunstancial e retórico, eventualmente substituído e esquecido⁸. Os processos descoloniais são uma forma de vislumbrar múltiplas narrativas que foram silenciadas por muito tempo e que, esperamos, tenham o potencial de possibilitar futuros diferentes, em que a igualdade e a justiça social não sejam consideradas uma utopia.

Agradecimento

Gostaríamos de agradecer à rede *International and Canadian Child Rights Partnership* (ICCRP), apoiada pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas do Canadá, ao possibilitar o desenvolvimento de ideias que tomaram forma nesta edição da **Revista O Social em Questão**. Vemos esta colaboração como a continuação de um diálogo sobre o tema dos direitos das crianças e da descolonização, iniciado em 2017. No atual trabalho de pesquisa internacional desta rede, estamos nos aprofundando em nossas análises, envolvendo parceiros de um grande número de países, atuando de forma intergeracional. Para mais informações, acesse www.torontomu.ca/iccrp

International perspectives on decoloniality and children's rights

This special issue of the journal **O Social em Questão** examines efforts at decolonizing the sphere of children's studies and the legacies of colonialism⁹. This has been seen through attitudes of suppressing children's rights and affecting children's well-being in a variety of ways including enslaving children and their parents, seizing their property, stamping out Indigenous cultures and practices, and carrying out genocide, among others.



Decolonization processes have been underway for decades, although the themes of colonialism, decolonization, and decoloniality have not been sufficiently explored in relation to children and young people in childhood studies and children's rights. Nonetheless there has been important developments over the past century particularly since the adoption by the United Nations of the Convention on the Rights of the Child (CRC) in 1989. And with ongoing studies on decoloniality, important questions are being asked about how to better understand cultural differences with such global frameworks and processes influencing historical, political, cultural and economic realities affecting children. For example, there has been criticism of the UN-CRC's notion of universal or global childhoods as well as the definition of childhood from the area commonly known as Global North/Minority World¹⁰ that continues to dominate discourses and practices. Some examples include Faulkner and Nyamutata (2020) who ask if the CRC reflects 'a new imperialism', while works by Castro (2020); Tabak (2020); Collins, Rizzini, and Mayhew (2021); Twum-Danso, Bourdillon, Meichsner (2019) and others reflect a different understanding of the same children's rights concepts.

Critical analysis and additional approaches must be highlighted particularly from countries with varied colonial histories and legacies. This special issue will address a range of questions, issues, and realities from different countries with a particular focus on contributions from Brazil, Mexico, India, and Canada. More importantly, it counters the under-representation of researchers from the Global South in the international discourse relating to children's rights (and beyond).

A rich body of literature focusing on a variety of issues regarding colonization, decolonization and decoloniality has been produced over the past decades, particularly significant in Latin America (e.g. Ballestrin, 2017; Dussel, 2015; Grosfoguel, 2012; Manuel and Derrickson, 2017; Mignolo, 2003; Ndlovu-Gatsheni, 2013; Quijano, 1997; Spivak, 1994). In fact, such production seems to be gaining increasing interest internationally related

to children's rights and childhood studies (e.g. Aufseeser, 2022; Balagopal, 2019; Cheney, 2018; Liebel, 2017; Schibotto, 2015; Twum-Danso, Castro, and Naftali, 2022). However, analysis on how these processes have impacted and still affects children and youth's lives continue to be a huge gap (Maciel and Melgarejo, 2016; McMellon and Tisdall, 2020; Neumann and Rizzini, this issue). As Lucia R. de Castro states in this issue: "The critique that has recently emerged about the system of children's rights does not address the particularity of these childhoods branded by the colonial encounter" (Castro, 2023).

Consequently, this issue of **O Social em Questão** attempts to contribute to the debate with a variety of contributions and reflect upon decolonial perspectives through different lenses.

The article *Decolonization and children's rights: an introduction* by Lucia Rabello de Castro, discusses how decolonial critique can contribute to revisit children's rights from a Global South perspective. Following on the theme of children's rights, *(Re)Imagining children's participatory rights with decolonial learning*, by Natasha Blanchet-Cohen, Amy Cooper and Holly Doel-Mackaway, seeks to deconstruct the ways participatory rights have been shaped by colonizing projects and explore alternative ways of thinking and doing, by (re)imagining children's participation.

The theme of participation is also explored by two articles based on projects developed internationally involving young people from Brazil and India as co-researchers, and offer valuable insights on the challenges to decolonial practices. *Creating equitable spaces in research partnerships across Majority and Minority World* by Loretta Chan draws on the experience of engaging young people in advisory and co-researcher capacities to understand the livelihood challenges faced by young people in cities. Alicia Tauro highlights in the article entitled *Jinka Sawaal Unka Netrutva: Fronting people and communities in participatory research with young people in India*, a model of participatory research with youth from urban poor communities,



examining the critical elements that make it distinctly empowering, while challenging mainstream processes.

Ana Carolina de Sá Queiroz, author of *"It is Cabral's fault": a proposal for subverting the colonial logic*, discusses ethnic-racial invisibility of children and youth in institutional care. An ethnic-racial approach is also applied by Tarcísio Conceição Oliveira and Rebeca Ribeiro da Silva, in the article *I came from there as a child: pluriversality and the historicity of childhood and adolescence in Brazil*. The analysis explores the Brazilian historical background of colonization and enslavement through the contributions of Afro-Brazilian literature and African philosophy. Leticia Aparecida de Góis Pereira, Luana Luiza Galoni and Grazielly Ribas de Oliveira address how racism can influence mental health of Black children who are more vulnerable to various forms of violence in the article *The impact of racism on the mental health of Black children in Brazil*.

A reflection on decoloniality based on the correlation between childhood and the natural world is the main theme of two articles. *Decoloniality and childhood: colonial heritage and children's connection to nature* by Mariana Menezes Neumann and Irene Rizzini is guided by key questions regarding the decolonization of educational concepts, contents, and practices with children. The authors discuss terminologies and practices in relation to nature that are legacies, in part, of colonial epistemologies and reflect on the importance of incorporating experiences and perceptions about nature that foster relationships of reciprocity instead of using nature as commodity. The article also analyzes critically on the experiences that reinforce the silencing of native peoples and children's knowledge and experiences, emphasizing the importance of rethinking the models of children's relationship to the natural world, considered essential for the formulation and implementation of decolonial initiatives. *Unwalling childhood: counter colonialities to reencounter life* by Lea Tiriba and Christiana Cabicieri Profice addresses the theme of children's plac-

es in Western societies as subjects of rights but under adult-centric norms that are related to the capitalist-colonialist order and the historical production of the Anthropocene. With the intention of imagining other civilizing orders, the text offers data from research carried out in schools in urban contexts and in indigenous territories.

Ilse Carolina Torres Ortega and Rebecca Danielle Strickland analyze the implementation of the Inside-Out Prison Exchange Program in Mexico in the article *Prison education and criminality in Mexico*. The findings reveal significant difficulties in achieving transformative learning in an environment dominated by violence, organized crime, and debilitated State institutions. They also highlight the potential and the need for socio-educational projects in prisons. In face of the devastating reality of violence in prisons in the Latin American region, this experience shows that, given the opportunity, prisoners may change, despite the dominant, colonizing perspective, that nothing is worth it doing.

Vanessa Maria de Castro and Maria Lúcia Pinto Leal present a reflection based on an ongoing experience that challenges power structures applying decolonial lenses in their essay *Observatory of the Native Peoples and their childhoods – OPOInfâncias: Indigenous and non-Indigenous praxis*. They describe the innovative construction of the Laboratory OPOInfâncias, at the University of Brasília in 2022, highlighting the importance of the participation of Indigenous people throughout the entire process of formulating and analyzing public policies, aimed at Indigenous communities. The authors also discuss staggering data on the violation of rights of Brazilian Indigenous populations, particularly young people, as well as the urgency for effective actions.

The narratives based on concrete experiences, as brought up by several authors, are rich examples of how complex it is to decolonize knowledge and practices. As Lucas da Costa Maciel and Patricia Medina Melgarejo put it: “The decolonizing experience demands tools that elicit other (very different) narratives from which the exercise of decoloniality gets reaffirmed” (2016, p.322).



An invaluable African perspective on decolonization and children's rights in practice is provided in the work of Robert Doya Nanima, University of Western Cape, and Expert on the African Committee of Experts on the Rights and Welfare of the Child, an interview by Tara M. Collins. Here, Nanima highlights *inter alia* that both children's rights and decolonization need to be contextualized in specific contexts, and that locality and personal identity must be considered in our efforts concerning young people.

The publication of this special edition was particularly auspicious as it coincided with an important political transition in Brazil. The country faced many challenges in the past few years with significant impact on children, youth and their families due to its extreme right political context and the Covid-19 pandemic. Recent presidential elections, held in November 2022, reestablished the country's commitment to democratic and human rights values, including the protection of the environment. It also created for the first time in our history two new ministries with representatives of Indigenous groups and racial equality.

As we discuss these diverse aspects and dimensions of children's lives and their rights applying a decolonial lens, we are aware of the fact that there is much more to be addressed internationally and within countries. We consider this special issue as an initial but deliberate effort that aims at inviting and stimulating researchers, policy makers, and practitioners of all generations to understand the importance of decolonization in their work concerning children and youth within the broad area of childhood studies and children's rights.

We would like to conclude with a wish. A wish that the field and the international interest on decolonization, decoloniality and young people do not become a banality – a fashionable 'new' area and a rhetoric, overused; easily replaced and forgotten¹¹. Decolonial processes are a way to envision multiple narratives that were silenced for too long and we hope have the potential to enable different futures, where equality and social justice are not considered utopia.

Acknowledgement

We would like to thank the International and Canadian Child Rights Partnership ([ICCRP], supported by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada) for providing the space for the ideas to take shape in this special issue¹². We see this collaboration as the continuation of a dialogue on the topic of children's rights and decolonization that began with our earlier project in 2017. We are going deeper in our analysis of the topic in the current ICCRP international work involving partners (young and older) from a large number of countries around the world. For more information, see www.torontomu.ca/iccrp

Perspectivas internacionales sobre decolonialidad y derechos de infancia

Esta edición de la revista **O Social em Questão**, está dedicada al abordaje de los análisis teóricos y prácticas sobre decolonialidad en el campo de estudios sobre la infancia, incluyendo los legados del colonialismo con relación a la población infantil y juvenil¹³. Los países con una historia de colonización enfrentaron innumerables desafíos, entre ellos, la supresión de derechos y el comprometimiento de la calidad de vida y del bienestar de la población, incluyendo la esclavitud de niños y jóvenes de sus países, la toma de sus propiedades, el genocidio y la erradicación de las culturas y prácticas de los pueblos indígenas.

Los procesos de decolonización están en camino desde hace décadas, aun cuando los temas de colonialismo, decolonización y decolonialidad no hayan sido suficientemente explorados en relación con niños y jóvenes en las áreas de los derechos y de los estudios sobre infancia. No obstante, hubo desarrollos importantes a lo largo del siglo pasado, particularmente desde la ratificación de la Convención de los Derechos del Niño, en 1989.

Importantes cuestiones han sido analizadas en el ámbito de los estudios decoloniales, en la tentativa de comprender mejor las diferen-





cias culturales y de cómo los procesos globales influyen en las realidades históricas, políticas y económicas que afectan a la infancia. Las críticas a la noción de infancia como universal y global, presente en la referida Convención, así como las definiciones de infancia originadas en el llamado Norte Global¹⁴, y que continúan dominando discursos y prácticas, son desdoblamientos relevantes para cuestionar los principios y directrices que no reflejan las especificidades regionales/locales. En esta línea se destacan autores como Faulker y Nayamutata (2020), al cuestionarse si la Convención sobre los Derechos del Niño no reflejaría “un nuevo imperialismo”; al paso que las reflexiones de Castro (2020); Tabak (2020); Collins, Rizzini e Mayhew (2021); Twum-Danso, Bourdillon, Meichsner (2019) entre otros, buscan problematizar la comprensión, con frecuencia simplista y reduccionista de conceptos en el campo de los derechos de infancia.

Consideramos que los análisis y abordajes críticos son necesarios para profundizar en el conocimiento sobre decolonialidad e infancia, sobre todo por parte de los países con historias y legados coloniales. Esta edición de la Revista aborda una serie de cuestiones y diferentes realidades, con contribuciones de autores de Brasil, México, África del Sur, India y Canadá. La revista tiene también como propuesta tornar más visible la sub representación de investigadores del Sur Global en el discurso internacional relacionado con los derechos de infancia, enriqueciendo el debate con perspectivas decoloniales.

En las últimas décadas se produjo un gran número de publicaciones enfocadas sobre colonización, decolonización y decolonialidad, y en América Latina es bastante significativa (por ejemplo, Ballestrin, 2017; Dussel, 2015; Grosfoguel, 2012; Manuel y Derrickson, 2017; Mignolo, 2003; Ndlovu-Gatsheni, 2013; Quijano, 1997; Spivak, 1994). Esta producción, relacionada a los derechos y estudios sobre infancia ha ganado interés internacional creciente (Aufseeser, 2022; Balagopalan, 2019; Cheney, 2018; Faulkner y Nyamutata, 2020; Liebel, 2017; Schibotto, 2015; Twum-Danso, Castro y Naftali, 2022). Aun así, el análisis de cómo

esos procesos impactaron y todavía afectan la vida de niños y jóvenes continúa siendo una gran laguna (Maciel y Malgarejo, 2016; McMellon y Tisdall, 2020; Neumann y Rizzini, en esta publicación). Como sostiene Lúcia R. de Castro: “La crítica que ha surgido recientemente sobre el sistema de derechos de la infancia, no aborda la particularidad de esas infancias marcadas por el encuentro colonial” (Castro, 2023).

Esperamos que la presente edición de **O Social em Questão** enriquezca este debate al incluir abordajes en distintas áreas del conocimiento, con aportes teóricos y prácticos que suman perspectivas decoloniales a los estudios multidisciplinares sobre la infancia.

El artículo *Decolonización y derechos de infancia: una introducción*, de Lúcia Rabello de Castro, discute cómo la crítica decolonial puede contribuir a revisar los derechos de infancia a partir de una perspectiva del Sur Global. En la temática de los derechos de infancia, hay también un artículo *(Re)Imagining children's participatory rights with decolonial learning ((Re)Imaginando el derecho a la participación a partir de abordajes decoloniales)*, de Natasha Blanchet-Cohen, Amy Cooper y Holly Doel-Mackaway. Las autoras cuestionan los modelos de los derechos participativos concebidos por proyectos colonizadores y exploran alternativas al (re)imaginar nuevas formas de participación de niñas y niños.

El tema de participación infantil y juvenil también es explorado en dos artículos basados en proyectos desarrollados internacionalmente que involucran adolescentes y jóvenes de Brasil y de India como co-investigadores. Ambos ofrecen contribuciones valiosas sobre los desafíos de las prácticas decoloniales. El artículo *Creating equitable spaces in research partnerships across Majority and Minority World (Creando espacios equitativos de cooperación en investigación entre países Predominantes y no Predominantes)*, por Loretta Chan, analiza la experiencia del involucramiento de jóvenes en las funciones de consultores e investigadores para entender los desafíos en relación con su inserción productiva en contextos urbanos. Alicia





Tauro, por su parte, destaca en el artículo intitulado *Jinka Sawaal Unka Netrutva: Fronting people and communities in participatory research with young people in India* (*Jinka Sawaal Unka Netrutva: El papel del liderazgo de los individuos y las comunidades en investigación participativa con jóvenes en la India*), un modelo de investigación participativa con jóvenes en áreas urbanas pobres, donde los miembros de la comunidad están involucrados en procesos colaborativos dinámicos. La autora reflexiona sobre las características que convierten este modelo empoderador, al mismo tiempo que desafía los modelos tradicionales de investigación.

Ana Carolina Sá de Queiroz, autora de *“La culpa es de Cabral”: una propuesta de subversión de la lógica colonial*, discute la invisibilidad étnico-racial de infantes y adolescentes en instituciones de acogimiento institucional. Otra reflexión que se relaciona con este debate es la que realiza Tarcísio Conceição Oliveira e Rebeca Ribeiro da Silva, en el artículo: *Yo vine de allá pequeñito: nociones pluriversales de la historicidad de infancias y adolescencias en Brasil*. El texto explora el contexto histórico brasileño de la colonización y la esclavitud por medio de contribuciones de la literatura afro-brasileira y de la filosofía africana. En el artículo *El impacto del racismo en la salud mental de la infancia negra en el escenario brasileño*, Letícia Aparecida de Góis Pereira, Luana Luiza Galoni e Grazielly Ribas de Oliveira, reflexionan sobre cómo el racismo puede influir en la salud mental de la infancia negra, que es más vulnerable a las diversas formas de violencia.

Dos artículos abordan el tema de la decolonialidad a partir de la correlación entre la infancia y el mundo natural. El primero, *Decolonialidad e infancia: herencia colonial y conexión de la infancia con la naturaleza*, de Mariana Menezes Neumann e Irene Rizzini, parte de la propuesta de la decolonización de concepciones, contenidos y prácticas educativas adoptadas con la infancia y que constituyen herencias epistemológicas coloniales. Las autoras analizan, y se posicionan críticamente, frente a las experiencias que refuerzan el silenciamiento

de las contribuciones de los pueblos originarios y de los saberes y experiencias infantiles. Destacan también, la importancia de repensar los modelos que conectan a la infancia con el mundo natural, considerándolo esencial para la formulación e implementación de iniciativas decoloniales. La contribución de Lea Tiriba y de Christiana Cabicieri Proffice, *Desemparedar infancias, contracolonialidades para reencontrar la vida*, aborda el tema de los lugares de la infancia en las sociedades occidentales como sujetos de derechos, pero sobre las normas adultocéntricas que se relacionan con el orden capitalista-colonialista y la producción histórica del Antropoceno. Con la intención de imaginar otros ordenes civilizatorios, el texto trae datos de investigaciones realizadas en escuelas en contextos urbanos y en territorios indígenas.

Ilse Carolina Torres Ortega y Rebecca Danielle Strickland, analizan la implementación de un programa desarrollado en prisiones, en el artículo *Educación carcelaria y criminalidad en México*. Los resultados revelan las dificultades significativas para promover un aprendizaje transformador en un ambiente dominado por la violencia, por el crimen organizado y por instituciones estatales fragilizadas. Las autoras destacan el potencial y la necesidad de proyectos socioeducativos frente a la devastadora realidad de violencia en las prisiones latinoamericanas. Esta experiencia demuestra que, al crear oportunidades se amplían las posibilidades de cambio, a pesar de la perspectiva dominante (y colonizadora) de que no hay mucho que se pueda hacer al respecto.

Vanessa Maria de Castro y Maria Lúcia Pinto Leal, presentan una reflexión a partir de una experiencia en desarrollo que desafía las estructuras de poder con lentes decoloniales, en el ensayo *Observatorio de los Pueblos Originarios y sus infancias. OPOInfancias: práxis indígenas y no indígenas*. Las autoras describen la creación innovadora del Laboratorio OPOInfancias en la Universidad de Brasilia, iniciada en 2022, destacando la importancia de la participación de los indígenas en todo el proceso de formulación y análisis de políticas públicas diri-





gidas a las comunidades indígenas. Las autoras presentan datos alarmantes sobre la violación de los derechos de los pueblos Indígenas en Brasil, afectando, principalmente, a la población infantil y juvenil, y señalan la urgencia de acciones efectivas para enfrentar el problema.

Esta edición cuenta, también, con una contribución Sud Africana sobre la descolonización y los derechos de la infancia en la práctica, traída por Robert Doya Nanim (Universidad de Western Cape), especialista del Comité Africano sobre los Derechos y Bienestar de la Infancia. El profesor Nanim, en la entrevista concedida a la profesora Tara M. Collins, destaca que tanto los derechos de la infancia, así como la decolonización, necesitan ser pensados a partir de contextos específicos, y que la localidad y la identidad personal deben ser consideradas en nuestros esfuerzos en relación con la población infantil y juvenil.

Son análisis que demuestran la enorme complejidad de las cuestiones abordadas. Y las narrativas basadas en experiencias concretas, recuperadas por las/los diversos autores, son ejemplos importantes de cómo es desafiante descolonizar saberes y prácticas. Como afirman Lucas da Costa Maciel e Patrícia Medina Melgarejo: “el ejercicio de/colonizador demanda instrumentos que propicien la emergencia de relatos muy otros, a partir de los cuales se afirma el ejercicio de la de/colonialidad” (2016, p. 322).

Queremos destacar que la publicación de esta edición de O Social em Questão es especialmente propicia, al coincidir con una importante transición política en Brasil. El país enfrentó muchos desafíos en los últimos años, debido al contexto político de extrema derecha y a la pandemia del Covid-19, con impactos significativos para la vida de la infancia, los jóvenes y sus familias. Las recientes elecciones presidenciales, realizadas en noviembre de 2022, reestablecieron el compromiso del país con los valores democráticos y de derechos humanos, incluyendo la protección del medio ambiente. También creó, por primera vez en nuestra historia, dos nuevos ministerios con representantes de grupos indígenas e igualdad racial.

En la medida que discutimos sobre las diversas dimensiones de la vida de la infancia y sus derechos, aplicando una lente decolonial, estamos conscientes del hecho de que hay mucho todavía para ser profundizado nacional e internacionalmente. Consideramos esta edición especial como un esfuerzo inicial, pero deliberado, que se dirige a estimular a investigadores y formuladores de políticas, así como a profesionales de todas las generaciones, a comprender la importancia de la decolonización en su trabajo con la infancia, adolescentes y jóvenes en el amplio espacio de estudios de la infancia y sus derechos.

Queremos finalizar con un deseo; que el campo y el interés internacional por la decolonización, decolonialidad y la población infantil y juvenil no sea un ´nueva´ área de conocimiento, atravesada por un interés circunstancial y retórico, eventualmente substituido y olvidado¹⁵. Los procesos decoloniales son una forma de vislumbrar múltiples narrativas que fueron silenciadas por mucho tiempo, y que esperamos tengan el potencial de posibilitar futuros diferentes, donde la igualdad y la justicia social no sean considerados una utopía.

Agradecimiento

Quisiéramos agradecer a la *red International and Canadian Child Rights Partnership* (ICCRP), apoyada por el Consejo de Investigación en Ciencias Sociales y Humanas de Canadá, al posibilitar el desarrollo de las ideas que tomaron forma en esta edición de la revista **O Social em Questão**. Vemos esta colaboración como continuación del diálogo sobre el tema de los derechos de la infancia y de la decolonización, iniciado en 2017. En el actual trabajo de investigación internacional del ICCRP, estamos profundizando en nuestros análisis, involucrando colegas de un gran número de países y actuando de forma intergeneracional. Para mayores informes consultar www.torontomu.ca/iccrp



Referências

AUFSEESER, Dena. Decolonizing children's geographies: challenging knowledge production about childhoods in Baltimore, MD', *Children's Geographies*, 0(0), pp. 1–7, 2022.

BALAGOPALAN, Sarada. Teaching "Global Childhoods": From a Cultural Mapping of "Them" to a Diagnostic Reading of "Us/US", in AFUA, TWUM-DAN-
SO, Imoh Afua; BOURDILLON, Michael and MEICHSNER, Sylvia (eds) *Global Childhoods, beyond the North-South divide*. UK: Palgrave Macmillan, 2019.

BALLESTRIN, Luciana M. de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 60(2), 505–540, 2017.

BALLESTRIN, Luciana M. de Aragão. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas* (11), ago, 2013

CHENEY, Kristen. Decolonizing Childhood Studies: Overcoming Patriarchy and Prejudice in Child-related Research and Practice. In: SPYROU, Rachel, and COOK, Daniel (eds). *Reimagining Childhood Studies*, pp. 91–105, 2018.

CASTRO, Lucia Rabello de. Why Global? Children and childhood from a decolonial perspective. *Childhood* 27(1): 48–62, 2020.

CASTRO, Lucia Rabello de. Descolonização e direitos da criança: uma introdução. *O Social em Questão*, nº 56, 2023.

COLLINS, Tara; JAMIESON, Lucy; WRIGHT, Laura; RIZZINI, Irene; MAYHEW, Amanda, NARANG, Javita; TISDALL, Kay and RUIZ-CASARES, Mónica. Involving child and youth advisors in academic research about child participation. *Children and Youth Services Review*, 109, 2020.

COLLINS, Tara M; RIZZINI, Irene and MAYHEW, Amanda. Fostering Global Dialogue: Conceptualisations of Children's Rights to Participation and Protection. *Children & Society* 35 (2): 295–310, 2021.

DUSSEL, Enrique. *Filosofías del Sur*. Descolonización y transmodernidad. México: Ediciones Akal, 2015.

FAULKNER, Elizabeth and NYAMUTATA, Conrad. The decolonisation of children's rights and the colonial contours of the convention on the rights of the child. *International Journal of Children's Rights*, 28, 66–88, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing Western Universalisms: Decolonial Pluriversalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. *Transmodernity*, 1(3), 2012.



LIEBEL, Manfred. Infancias latinoamericanas: civilización racista y limpieza social. Ensayo sobre violencias coloniales y postcoloniales. *Sociedad e Infancias*, 1, 19–38, 2017.

MACIEL, Lucas da Costa; MELGAREJO, Patricia Medina. Infancia y de/colonialidad: autorías y demandas infantiles como subversiones epistémicas. *Educ. Foco*, Juiz de Fora, v.21, n.2, maio/ag. 2016.

MANUEL, Arthur and DERRICKSON, Grand Chief Ronald. *Reconciliation manifesto: recovering the land, rebuilding the economy*. Canada: James Lorimer & Company, 2017.

McMELLON, Chistina and TISDALL, Kay. Children and young people's participation rights: Looking backwards and moving forwards. *The International Journal of Children's Rights* 28(1): 157–182, 2020.

MIGNOLO, Walter D. *Historias locales / diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Argentina: Ediciones AKAL, 2003.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. *Why decoloniality in the 21st century?* The Thinker for Thought Leaders, 48(February), 10–15, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, 9(9), Amatua, 1997.

SCHIBOTTO, Giampietro. Saber Colonial, Giro Decolonial e Infancias Múltiples de América Latina, *NATs – Revista Internacional desde los Niños/as y Adolescentes Trabajadores*, vol. XIX, núm.25, pp. 51–68, 2015.

SOTO, Damián Pachón. Nueva perspectiva filosófica em América Latina: El grupo modernidade/colonialidad. *Ciencia Política*, nº 5 enero–junio 2008, p.–35.

SPIVAK, Gaiatri. C. *Can the subaltern speak?* In: P. Williams & L. Chrisman (Eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory*. Columbia University Press, 1994.

TABAK, Jana. *The child and the world: child-soldiers and the claim for progress*. Athens: The University of Georgia Press, 2020.

TWUM-DANSO, Imoh Afua; BOURDILLON, Michael and MEICHSNER, Sylvia (Ed) *Global Childhoods: Beyond the North–South Divide*. UK: Palgrave Macmillan (Palgrave Studies on Children and Development), pp. 13–34, 2019.

TWUM-DANSO, Imoh Afua; CASTRO, Lucia Rabello de and NAFTALI, Orna. Studies of childhoods in the Global South: towards an epistemic turn in transnational childhood research? *Third World Thematics: A TWQ Journal*, 7:1–3, 1–16, 2022.





TUCK, Eve and YANG, Wayne. Decolonization is not a metaphor. Decolonization: Indigeneity, *Education & Society* 1(1), pp. 1-40, 2012.

Notas

- 1 Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio – Departamento de Serviço Social), Brasil. Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1154-7998>. E-mail: irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com
- 2 Professor da Universidade de Guadalajara, México. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social. Pesquisador associado do Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3513-352X>. E-mail: reflemex@gmail.com
- 3 Professora da Universidade Metropolitana de Toronto, Canadá (School of Child and Youth Care/Escola de Assistência à Infância e Juventude). Professora associada honoraria, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul (Children's Institute/ Instituto das Crianças). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3774-8971>. E-mail: tara.collins@ryerson.ca
- 4 Pesquisadora associada e professora da Universidade de Edimburgo (Escola de Geociências), Escócia, GB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2398-1959>. E-mail: sukanya.krishnamurthy@ed.ac.uk
- 5 Pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutoranda em Artes Visuais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5123-2344>. E-mail: marianamenezes25@yahoo.com.br
- 6 Os termos decolonização, decolonialidade e perspectivas decoloniais foram sistematicamente empregados por diversos pensadores integrantes do grupo latino-americano modernidade/colonialidade, na década de 1990, com o propósito de libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica (iniciado por Dussel, Quijano e Mignolo, e enriquecido por Escobar, Walsh, Maldonado-Torres, Castro-Gómez, entre outros (SOTO, 2008; BALLESTRIN, 2013). Aqui gostaríamos de ressaltar sua relevância no que concerne múltiplas tentativas de contrapor o atual legado do colonialismo ao influenciar diversas formas de discriminação social que persistem.
- 7 A terminologia Sul Global e Norte Global (assim como Mundo Majoritário e Mundo Minoritário, entre outras) generalizam regiões com diferentes experiências de colonização, relações de poder, contextos políticos, culturais, econômicos e históricos, mas permanecem úteis e comumente usados (COLLINS, RIZZINI, MAYHEW, 2020).

- 8 Gostaríamos de acrescentar a esta reflexão a afirmação de Eve Tuck e Wayne Yang ao salientar que a descolonização não é uma metáfora, “(...) Quando escrevemos sobre a descolonização, não a estamos oferecendo como uma metáfora; não se trata de uma aproximação a outras experiências de opressão. Descolonização não é um termo substituível pelo que queremos fazer para melhorar as nossas sociedades e escolas. Descolonização não tem sinônimo (TUCK e YANG, 2012, p.3, tradução dos autores). Versão original, “(...) When we write about decolonization, we are not offering it as a metaphor; it is not an approximation of other experiences of oppression. Decolonization is not a swappable term for other things we want to do to improve our societies and schools. Decolonization doesn't have a synonym” (TUCK and YANG, 2012, p.3).
- 9 Decolonization, decoloniality and decolonial perspectives were systematically used by several members of the Latin American Modernity/Coloniality Group in the 1990s, with the aim of freeing the production of knowledge from the Eurocentric episteme, initiated by Dussel, Quijano and Mignolo, and enriched by Escobar, Walsh, Maldonado-Torres, Castro-Gómez, among others (SOTO, 2008; BALLESTRIN, 2013). Here we would like to highlight its relevance with regard to multiple attempts to counteract the current legacy of colonialism by influencing various forms of social discrimination that persist today.
- 10 The terminology of Global South and Global North (along with Majority World and Minority World) generalize regions with different experiences of colonization, power relations, political, cultural, economic, and historical contexts but remain useful and commonly used (COLLINS, RIZZINI, MAYHEW, 2020).
- 11 We would like to add to this reflection, the pledge by Eve Tuck and Wayne Yang that decolonization is not a metaphor. In their words: “(...) When we write about decolonization, we are not offering it as a metaphor; it is not an approximation of other experiences of oppression. Decolonization is not a swappable term for other things we want to do to improve our societies and schools. Decolonization doesn't have a synonym (TUCK and YANG, 2012, p.3).
- 12 Journal **O Social em Questão** (N.56, 2023), of the Graduate Program in Social Work, at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio/DSS), Brazil.
- 13 Los términos decolonización, decolonialidad y perspectivas decoloniales, fueron sistemáticamente utilizados por diversos pensadores integrantes del grupo latinoamericano modernidad/decolonialidad, en la década los años 90, con el propósito de liberar la producción del conocimiento de la episteme eurocéntrica (iniciado por Dussel, Quijano y Mignolo, enriquecido por Escobar, Walsh, Maldonado-Torres, Castro Gómez, entre otros (SOTO, 2008; BALLESTRIN, 2013). Aquí deseamos resaltar su relevancia en lo que concierne a las múltiples tentativas de contraponer el actual legado del colonialismo al influir sobre las diversas formas de discriminación social que aún persisten.

- 14 La terminología Sur Global y Norte Global (junto con Mundo Mayoritario y Mundo Minoritario) generaliza regiones con diferentes experiencias de colonización, relaciones de poder, contextos políticos, culturales, económicos e históricos, pero permanecen como útiles y comúnmente utilizados (COLLINS, RIZZINI, MAYHEW, 2020).
- 15 Queremos acentuar a esta reflexión, la afirmación de Eve Tuck y Wayne Yang, al subrayar que la decolonización no es una metáfora “(...) Cuando escribimos sobre decolonización no la estamos ofreciendo como una metáfora; no es una aproximación de otras experiencias de opresión. Decolonización no es un término sustituible por lo que queremos hacer para mejorar nuestras sociedades y escuelas. La decolonización no tiene sinónimo (TUCK and YOUNG, 2012, p.3, traducción de los autores. Versión original, “(...) When we write about decolonization, we are not offering it as a metaphor; it is not an approximation of other experiences of oppression. Decolonization is not a swappable term for other things we want to do to improve our societies and schools. Decolonization doesn't have a synonym” (TUCK and YANG, 2012, p.3).